

LUÍS EVANDRO HINRICHSEN¹

AGOSTINHO E A CIDADE: DE DEUS OU DOS HOMENS?

SOBRE A INQUIETA DINÂMICA DA PAZ.

*Quia fecisti nos ad te
et inquietum est cor nostrum,
donec requiescat in te
(Confessiones, I, 1)*

Resumo: O peregrino pertence tanto a cidade de Deus quanto a cidade terrena. Busca incessantemente a paz, entretanto, vive as contradições e conflitos do mundo. Se a cidade de Deus é o horizonte último do cristão em sua jornada no tempo, todavia, ainda não é plenamente. A cidade terrena o envolve, desafia e provoca. O membro da comunidade cristã, itinerante, dirige suas esperanças à cidade de Deus, mas, porque pertence igualmente à cidade terrestre, é responsável pelo acontecimento da concórdia na família e na comunidade política. Na comunidade política, a paz é fruto da justiça. Qual é a novidade oferecida, especialmente, no Livro XIX da *Cidade de Deus* para pensarmos a paz e a justiça na cidade terrena? Nosso esforço investigativo procurará pensar as relações entre paz e justiça através da dialética pertença do peregrino que é membro das duas sociedades, da terrena e da celeste.

Palavras-Chave: Cidade de Deus, cidade dos homens, peregrino, justiça, concórdia, paz.

Abstract: This paper is focused on the elements of novelty about the ultimate ends of man that Augustine points out in the *City of God*. He establishes the conditions for reaching peace and justice in the city of man, in opposite to the roman criteria. To be pilgrim is part of human condition in both the city of God and the city of man. While constantly seeking peace, the pilgrim lives within the contradictions and conflicts of the world. The city of God is indeed the ultimate end for the Christians in their historical journey. However, this main goal is not yet accomplished, while the history of humanity is in course. The city of man challenges and provokes humans. Christians, as members of the human community, drive their hopes to the city of God. However, because they also

¹ Luís Evandro Hinrichsen: Doutor em Filosofia e Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Avenida Ipiranga, 6681 – Prédio 05 – Sala 206, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP: 90619-900; luis.hinrichsen@pucrs.br.

belong to the city of man, they are responsible for familiar and political harmony within the human community. Christians, as pilgrims, cannot give up this role. They must carry out the main purpose of all being: to live in peace.

Keywords: City of God, city of man, pilgrims of the two Cities, justice, harmony, peace.

INTRODUÇÃO

Quando a paz nos envolve e abraça, vivenciamos alegria e contentamento. Entretanto, se algum infortúnio nos atinge e provoca aflição ou, quando da sua ausência, nos damos conta de sua existência anterior e perguntamos: o que é a paz? Diante da tarefa de refletir sobre a paz, somos parceiros de Aurélio Agostinho, pois, ao perguntar sobre o tempo no Livro XI das *Confissões*, dá-se conta do enigma do tempo: «O que é, pois, o tempo? Se ninguém mo pergunta, sei o que é; mas se quiser explicá-lo a quem mo perguntar, não sei»². Ao meditar sobre a paz, com e a partir do professor de retórica norte-africano, nos encontramos, também, diante de um enigma da existência merecedor de atento e dedicado esforço do pensamento.

O que é a paz³? Será a paz, como pensavam os estoicos, a imperturbabilidade conquistada pela supressão das paixões? A paz resultará da posse dos bens almejados, pelos quais empenhamos energias e tempo? Que bens serão esses? Onde encontrá-los? A paz consiste na simples inexistência de guerras? Na ausência de lutas, na supressão das violências ou perturbações sociais? Lá, onde reina a tranquilidade pública, acontece a paz? No repouso, no silêncio e no sossego, encontraremos a paz? Na presente existência, observada a impermanência de tudo aquilo que é, conquistaremos a paz? Quem já

² Agostinho, *Confessionum Libri Tredecim*, XI, XIV, 17 (CCL 27, ed. L. VERHEIJEN, Brepols, Turnholt 1981, p. 203). Edição usada neste artigo: Agostinho, *Confissões*. Tradução de Arnaldo Espírito Santo, João Beato e Maria Cristina de Castro-Maia de Sousa Pimentel. INCM, Lisboa 2000, p. 567. Doravante: *Conf.*

³ Paz, de *Pax, Pacis* (cfr. F. R. SARAIVA, *Novíssimo Dicionário Latino-Português*, Garnier, Rio de Janeiro 1993, 10ª ed., p. 856) significa tranquilidade, concórdia, sossego, repouso, disposição pacífica. Segundo Saraiva, *pax* indicaria: o gozo tranquilo da liberdade (*Pax est tranquilla libertas*), a paz da alma conquistada pelo exercício da temperança. Ou seja, *pax* sinalizaria para duas dimensões da vida humana: a paz social e a paz da alma.

viveu algum momento de paz, pode defini-lo? Pode narrá-lo? Pode descrevê-lo? De que paz, afinal de contas, estamos nos ocupando?

Em nossos dias, saturados de imagens, navegando entre bites e pixéis, excitados por efeitos imagéticos, justificados pela gradativa virtualização da vida, confundindo informação com conhecimento, qual é, para nós, o significado de paz? No início desse terceiro milênio, ao testemunharmos o suposto triunfo da técnica sobre os dilemas e fragilidades da vida humana, ainda é plausível sondar o que seja a paz? Acreditamos que sim, pois, se à ciência, em seu labor incansável e em sua operatividade insaciável, compete calcular e dominar, à Filosofia cabe pensar, ou seja, meditar sobre o sentido das coisas⁴.

Vivemos uma inédita crise planetária, presente na assimetria existente entre pobres e ricos, alimentada por predatório consumo do qual somos partícipes, revelada pela crescente manipulação e mercantilização da vida tantas vezes considerada descartável. A par dessa situação, destacamos, é necessário refletir sobre a paz, sobre sua existência ou ausência, sobre sua possibilidade, sobre a noção de paz que sustenta nossas práticas. Estamos diante de tarefa intransferível, urgente e importante. Convocados, numa época rica e contraditória, ao intransferível exercício do pensamento, somos convidados ao silêncio que acolhe e permite habitar o mundo. Longe do barulho que distrai e permanecendo junto às coisas, acolhendo a existência, suas circunstâncias e urgências, poderemos, então, pensar a paz e suas solicitações. Estamos diante de tarefa indelegável que precisamos realizar.

Em feliz oportunidade, no Museu Reina Sofia de Madrid, permanecemos frente ao painel pintado por Pablo Picasso, hoje presente em terras de Espanha. O tempo não foi percebido enquanto tentávamos decifrar a gigantesca pintura que recebe o nome de Guernica. Desejamos, tão somente, distantes de tentativa de apreciação técnica, destacar as impressões causadas pela obra de Picasso. Em tons variantes de preto e cinza contrapostos ao branco, Guernica testemunha a não-

⁴ Sobre o pensamento que calcula e o pensamento que medita, consideradas as diferenças entre o pensamento que domina e manipula e o pensamento que medita e indaga pelo sentido, ver M. HEIDEGGER em *Serenidade* (Tradução de Maria Madalena Andrade e Olga Santos. Instituto Piaget, Lisboa 2000, pp. 20-27).

paz. Figuras, geometricamente compostas e belamente distorcidas, povoam as diversas regiões da tela. O que vemos? Vemos figuras fragmentadas espalhadas na tela formando estranha totalidade. Percebemos, através de Guernica, o horror e a irracionalidade da guerra. Para sentirmos tal horror, é suficiente recordarmos da mãe que, na referida pintura, tal qual a *Pietà*, chorando, carrega o filho desacordado entre seus braços. A cidade de Guernica foi alvo do primeiro bombardeio massivo da história⁵. A ciência aliada à técnica permitiu tal violência, injustificável e tremenda. Guernica é obra-prima porque, talvez, pela primeira vez, expresse a violência possibilitada pelo desenvolvimento técnico-científico não controlável pela razão. Guernica emociona, pois põe em relevo a fragilidade humana e as contradições da era da técnica. Guernica é signo de todas as guerras, supostamente inteligentes, que sacrificaram vidas preciosas e insubstituíveis. Guernica retrata, paradoxal e belamente, o horror da não-paz. Se nos é difícil definir ou descrever o que seja a paz que aspiramos, Guernica nos permite compreender o horror da violência, da não-paz que desejamos evitar. Guernica é oportunidade, igualmente, para meditarmos sobre a paz que almejamos alcançar.

Santo Agostinho também viveu num período de transição denominado romanidade tardia, tendo testemunhado o ocaso de uma civilização e a alvorada de um novo mundo. Herdeiro da tradição clássica e leitor das Escrituras, ligado a um mundo que desaparecia e aberto à novidade radical do Evangelho, conseguiu ver para além das contradições daquele período, venceu os medos e inseguranças intensamente presentes num período de aceleradas transformações e, porque forneceu razões ao existir humano, plantou sementes de esperança nos corações e mentes dos homens de todas as épocas.

⁵ O povoado de Guernica foi bombardeado no dia 26 de Abril de 1937 pela Legião Condor da aviação alemã, em apoio ao General Franco e suas tropas, durante a guerra civil espanhola. Após Guernica, o uso massivo das novas tecnologias a serviço da guerra tornou-se tristemente corriqueiro. Recordemos o holocausto acontecido na cidade de Hiroshima, em 6 de agosto de 1945, e na cidade de Nagasaki, em 9 de agosto do mesmo ano. As duas cidades do Japão, as primeiras arrasadas pelo poderio atômico-bélico, também são símbolo da irracionalidade e horror da guerra, do uso das conquistas da ciência e da técnica segundo fins militares.

Desejamos, em nosso estudo, auxiliados por Santo Agostinho, indicar as raízes antropológicas da paz, investigar o conceito de paz proposto em *De Civitate Dei* – Livro XIX, identificar os caminhos da paz pelo exame das relações entre a cidade de Deus e a cidade terrena, verificar as relações entre inquietação, reconciliação e paz e, finalmente, destacar possíveis pistas de uma pedagogia da paz presente na obra do hiponense.

1. BREVES NOTÍCIAS DA VIDA E OBRA DE AURÉLIO AGOSTINHO

Aurélio Agostinho viveu a glória e o declínio da presença romana na África do norte, latinizada e cristianizada⁶. O jovem Agostinho, nascido em 13 de novembro de 354 nessa orgulhosa África Latina, cursou as primeiras letras em Madaura e realizou formação superior em Cartago. Após sua passagem por Roma e Milão, entre 383 e 387, retorna à sua África natal em 388, dirigindo-se de Cartago a Tagaste, onde fundou, com seus amigos próximos e o filho Adeodato, pequena comunidade monástica. As diversas conversões vividas pelo filho de Mônica, encontram no batismo, recebido pelas mãos de Ambrósio, em Milão, no ano de 387, ponto de convergência. Contudo, o batismo foi precedido pela gradual superação do maniqueísmo e do ceticismo mediante leitura dos textos platônicos. Através desses textos, Agostinho descobre os inteligíveis, a imaterialidade de Deus, a negatividade metafísica do mal. Da mesma forma, a conversão pôde ser justificada através de um exercício intelectual gigantesco, presente nos seus escritos filosóficos e teológicos. Importa sublinhar quão importante foi o período milanês. Em Milão, e depois Cassiciaco, conheceu os textos dos platônicos, tendo aprendido com Ambrósio a interpretar as Escrituras. Assim, entre 386 e 391, escreve diálogos caracterizados pela firme confiança na razão e na Filosofia, intensamente influenciados pelo atento estudo dos livros dos neoplatônicos, interpretados por Agostinho em chave cristã. De fato, as vivências de Cassiciaco acompanhariam o professor de retórica por toda a vida, estendendo-se,

⁶ Para mais as referências historiográficas sobre Tagaste e biográficas sobre Agostinho cfr. P. BROWN, *Santo Agostinho. Uma biografia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 23 e ss.

de maneira mais intensa, até Tagaste, em 391. A obra *Confessiones*, por sua especificidade, redigida no contexto de Hipona, é eloquente testemunho do amadurecimento de Agostinho, podendo ser identificada como marco de transição entre os escritos de caráter filosófico e a produção literária posterior como, por exemplo, *De Trinitate* e *De Civitate Dei*⁷.

Agostinho foi amigo fiel, filho amoroso, professor competente, pai entusiasmado com a inteligência do filho Adeodato, pastor dedicado, um apaixonado pela vida, pela Filosofia e pela sabedoria cristã. Chorou perdas pessoais, polemizou em defesa das suas convicções, sem nunca olvidar a caridade. Sobretudo, viveu o ocaso da presença romana e da cultura latina no solo norte-africano, sua casa, seu lar, sua pátria terrestre. Quando da sua morte, antes de completar 76 anos, em 28 de agosto de 430, Hipona tornar-se-ia o último foco de resistência romana no norte da África. Agostinho, nascido na orgulhosa Tagaste, animou Hipona por 35 anos com sua presença e ensinamentos pastorais⁸. Sitiada Hipona pelos Vândalos, é entre os seus que Agostinho deseja morrer. E, após sua morte, nos conta Hamman⁹, estimularia a resistência dos hiponenses por mais treze anos. Marcos Costa¹⁰ lembra-nos que a morte física de Agostinho não apagou essa grande luz. De fato, suas obras

⁷ Procurando orientar nosso estudo, sugerimos a breve seleção cronológica que segue: *Contra Academicos* (386), *De beata vita* (386), *De ordine* (386), *Soliloquia* (386/387), *De grammatica* (387), *De immortalitate animae* (387), *De quantitate animae* (387/388), *De moribus ecclesiae catholicae et moribus manichaeorum* (388), *De Genesi adversus Manichaeos* (388-390), *De magistro* (389), *De diversis quaestionibus octoginta tribus* (388-396), *De vera religione* (388-391), *De musica* (387-391), *De mendacio* (394), *De libero arbitrio* (387/395), *De utilidade credendi* (391), *De doctrina christiana* (397), *Confessiones* (397-401), *De trinitate* (399-419), *De anima et eius origine* (419-420), *De civitate dei* (413-426), *Retractationes* (426/427).

⁸ Convidado pelo bispo Valério para fundar um mosteiro na cidade portuária de Hipona, o então monge e notório intelectual, é aclamado pela multidão reunida na Basílica e ordenado presbítero, fato ocorrido no ano de 391. Sucederia Valério na cátedra de Hipona em 396, de onde exerceria com vigor e dedicação seu ministério pastoral e intelectual. Hipona, hoje Anaba, localiza-se na costa da Argélia.

⁹ Cfr. A. G HAMMAN, *Santo Agostinho e seu tempo*. Tradução de Álvaro Cunha. Edições Paulinas, São Paulo 1989, p.309.

¹⁰ Cfr. M. R. N. COSTA, *Santo Agostinho. Um gênio intelectual a serviço da fé*, EDIPUCRS, Porto Alegre 1999, p.195.

influenciaram o mundo, iluminaram pensadores e chegaram até nossos dias, portando novidade, significados e incalculável valor. Sem dúvida, os caminhos do cristianismo e da cultura ocidental encontram em Hipona, na presença de Aurélio Agostinho, inesgotável fonte de renovação e inspiração.

2. TORNEI-ME UM PROBLEMA PARA MIM MESMO: *QUAESTIO MIHI FACTUS SUM*

Percorrendo os textos de Santo Agostinho, descobrimos que, desde sua unidade corpo e mente, o ser humano é ser temporal, capaz de conhecer e amar, ser itinerante em busca de objeto digno de ser amado e capaz de responder aos anseios de seu coração. O que seria a paz senão a *beata vita*? Mas no que consiste a *beata vita*? No deleite e posse de bens precívalis? Ou, no gozo naquele que é fonte de verdade, beleza e bondade sem ocaso? Naquele que é causa de plenitude e abundância? Mas, como gozar desse bem sem ocaso se, na presente existência, tudo é efêmero e passageiro?

Ademais, é próprio da vontade – essa faculdade ativa da mente – dividir-se entre isso e aquilo, exteriorizando-se. Adejando de objeto em objeto, procurando a felicidade nas coisas frágeis, a vontade vê-se envolvida pelo devir, tornando-se cativa desses bens finitos que continuamente lhe escapam. Nessa busca, exteriorizado e longe de si mesmo, o ser humano vive os conflitos de uma vontade que se duplica inutilmente. No apóstolo Paulo, encontramos a duplicidade da Lei¹¹. Já em Agostinho, descobrimos a duplicidade da vontade que, exteriorizada, busca inadequadamente, nos bens inferiores e médios, aquilo que de fato aspira: repouso num bem sem ocaso.

Como resolver o problema da duplicidade da vontade? Unificando-a. De que modo é possível unificá-la? O amor, como desejo (*qua appetitus*), busca possuir o impossível, aquilo que é precívalis. Esse amor

¹¹ Segundo o apóstolo Paulo (*Rm 15, 19*): «Realmente não consigo entender o que faço; pois não pratico o que quero, mas faço o que detesto. (...) Com efeito, não faço o bem que eu quero, mas pratico o mal que não quero». São Paulo dá-se conta da duplicidade da lei, pois, mesmo quando cumprida, lembra o pecado. Paulo responde ao dilema através da Graça. Já em Agostinho, o problema dos desvios da vontade encontrará resposta na sua doutrina sobre o amor.

nos afasta do *summum bonum*, torna-se *cupiditas*, desejo de posse e domínio daquilo que nos escapa a todo instante. Como é possível vencer a fuga e a dispersão causada pela *cupiditas*? A superação acontecerá pela *caritas* quando da supressão da separação entre o eu que deseja e o objeto desejado. O remédio para a dispersão é a busca de si mesmo. Na dinâmica da *caritas*, o encontro de cada um consigo mesmo será, concomitantemente, o encontro com Deus. O motor dessa busca é a inquietação, é o *quaerere Deum*. Somente experimenta essa inquietação quem, de fato, livre de evasões, é capaz de tornar-se um problema para si mesmo. Através da *quaestio mihi factus sum*, em consequência, retorno a mim mesmo e, vencendo a dispersão, na interioridade reconquistada, dá-se a privilegiada revelação do divino ao homem interior.

A dinâmica da paz, para o filósofo norte-africano, supõe processo de conversão do coração e da mente, transformada a inquietação em pergunta sobre o autêntico sentido da existência. A dinâmica da paz, portanto, não acontece pela eliminação da inquietação, pela supressão das paixões, pela fuga teórica, mas pela transformação da inquietação, das paixões e da contemplação em ativa e permanente busca de Deus em mim, na criação e nas outras pessoas. A re-ligação oportunizada pelo encontro com Deus através da busca do si mesmo profundo é, assim acreditamos, tarefa filosófica e ética de inigualável significado.

2.1. *Pondus meum amor meus*

Em *De libero arbitrio*¹², aprendemos que a vontade – esse bem médio – quando adere ao bem imutável ou à verdade eterna, encaminha o ser humano à vida feliz. Nessa perspectiva, enquanto bem médio, o livre arbítrio deve aderir às virtudes. As virtudes, esses bens superiores, haverão de assegurar medida às nossas vidas e permitirão o apropriado uso dos bens médios e inferiores¹³. Assim, usando adequadamente os

¹² Cfr. Agostinho, *De libero arbitrio* II, XIX, 52 (CCL 29, ed. W.M. GREEN, Brepols, Turnhout 1970, p. 271). Edição usada neste artigo: Agostinho, *Diálogo Sobre o Livre Arbítrio*. Tradução e Introdução de Paula Oliveira e Silva. INCM, Lisboa 2001, pp. 239-241.

¹³ Se o *livre arbítrio da vontade* é um bem médio, transitando entre bens temporais ou inferiores, precisa aderir aos bens superiores, às virtudes. Aderindo

bens inferiores poderemos gozar do bem supremo. Em *De beata vita*¹⁴ aprendemos que a sabedoria é a medida da alma (*modus animi*). Segundo essa proposição, quando a alma encontra a sabedoria, não fixa mais o olhar nas aparências e no engano e, repousando em si mesma, volta-se inteiramente à verdade¹⁵. O estado da *beata vita* implica na superação da indigência pela conquista da sabedoria – essa medida da alma – em atenção à suprema medida, regra da verdade e identificada com Deus.

Percebemos, nas reflexões de Agostinho, recorrente preocupação com a vontade, essa faculdade livre e muitas vezes arbitrária. O hiponense busca respostas aos desvios da vontade, estimulando o exercício filosófico e a prática das virtudes. No entanto, é na sua concepção do amor, já referida, que encontraremos resposta sólida e convincente.

Descobrimos, com o filho de Mônica, que os bens adequados à alma são os bens espirituais, vinculados a Deus e conquistados pela vivência da caridade. Somente os bens que não passam podem assegurar ao ser humano plenitude e realização. Nas *Confissões*, lemos: *Pondus meum amor meus!* Ora, a vontade, em sua arbitrariedade, flutua entre objetos perecíveis e incapazes de responder às aspirações do homem. Somente o amor, cuja fonte é Deus, doará gravidade e centralidade à alma. Nessa perspectiva, orientados por Hannah Arendt¹⁶, é importante indagar: se o amor é o peso ou gravidade que impede a flutuação da alma, de que amor nos fala o filho de Tagaste? De amor ordenado ou da *ordinata dilectio*. A *ordinata dilectio*, pela eficaz renúncia de si mesmo, assegurando direção a nossa capacidade de amar, permite que amemos o ser supremo. Assim, amando a Deus¹⁷, amando o amor em sua plenitude, passamos a amar todas as coisas: a criação, os bens

às virtudes, em consequência, fará adequado uso dos bens inferiores, considerando, na vida presente e futura, o gozo no sumo bem.

¹⁴ Cfr. Agostinho, *De beata vita* IV, 32 (CCL 29, ed. W.M. GREEN, Brepols, Turnhout 1970, p. 83). Edição usada neste artigo: Agostinho, *Diálogo Sobre a Felicidade*. Tradução, Introdução e Notas de Mário Santiago de Carvalho. Edições 70, Lisboa 1998, p. 81-83. Doravante: *BV*.

¹⁵ Cfr. *Idem*, *BV* IV, 33.

¹⁶ Cfr. H. ARENDT, *O conceito de amor em Santo Agostinho*. Tradução de Alberto Pereira Dinis, Instituto Piaget, Lisboa 1997, pp. 39-44.

¹⁷ Cfr. H. ARENDT, *O conceito de amor...*, cit., p. 117.

temporais, a nós mesmos segundo a ordem desse amor. Hannah, explicitando essa compreensão, declara:

Em Santo Agostinho, assim como mais tarde em Duns Scotus, a solução do conflito interno da vontade surge por uma transformação da própria vontade em amor. A vontade – vista em seu aspecto operatório e funcional como um agente de união, de ligação – pode também ser definida como amor (*voluntas: amor seu dilectio*). No amor, há novamente três coisas: aquele que ama, aquilo que é amado e o amor. O amor é uma certa vida que liga duas coisas, aquele que ama e aquilo que é amado¹⁸.

A *ordinata dilectio*, em consequência, é capaz de, transformando a vontade em amor, impedir suas flutuações, assegurando gravidade ou estabilidade à existência humana. Dessa forma, aquele que ama a Deus privativamente passa a amar em liberdade todos os seres segundo a ordem desse amor. A *ordinata dilectio* difere da *cupiditas*, pois não é movimento que busca a posse do objeto desejado. Na *ordinata dilectio*, aquele que ama procura, em tudo e em todos, oportunidade para amar a Deus. Amando a tudo e a todos segundo a ordem do amor que procede de Deus, sublinhamos, amará em liberdade e permitirá que cada criatura realize plenamente o sentido do seu existir. Sobretudo, em cada homem em particular, amará a origem de todos os existentes, a raiz do próprio amor¹⁹. Nesse sentido, é grandioso e sublime amar algo ou alguém, pois amar algo ou alguém implica dizer: quero que tu sejas – *Amo: volo ut sis*.

Na solução agostiniana ao problema dos desvios de uma vontade arbitrária, encontramos elogio ao amor e à reconciliação. A reflexão sobre a paz na família e na sociedade exige, igualmente, atenção para com o si mesmo profundo. O amor à cidade de Deus ou à cidade terrestre está radicado em dois amores, duas inclinações, duas possibilidades existenciais presentes no coração do homem: *caritas*, ou amor na liberdade de Deus, e *cupiditas*, ou amor posse, exagerado em ambição e consideração de si mesmo. A paz que tanto almejamos ou a

¹⁸ *Idem, A vida do espírito*. Tradução de César Augusto de Almeida, Antônio Abranches, Helena Martins. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro 2009, p.366.

¹⁹ Cfr. *Idem, O conceito de amor...*, cit., p.117.

não-paz que procuramos evitar, portanto, encontra sua origem no coração de cada ser humano, segundo o grau de amor a Deus ou exagerado amor a si mesmo. Entretanto, antes de falarmos das duas cidades, escutemos Aurélio Agostinho, leitor e cantor dos *Salmos*, que proclama

O meu peso é o meu amor; sou levado por ele para onde quer que seja levado. Somos acendidos pelo teu dom e somos levados para o alto; começamos a arder e vamos. Ascendemos as ascensões no coração e cantamos o cântico das subidas. Com o teu fogo, com o fogo da tua bondade, começamos a arder e vamos, porque vamos para o alto, *para a paz de Jerusalém*, porque *exultei com aquilo que me disseram: iremos para a casa do Senhor*. Aí nos colocará a tua boa vontade, para que nada mais desejemos do que permanecer lá para sempre²⁰.

3. A DIALÉTICA DA PAZ: DOIS AMORES FUNDARAM DUAS CIDADES

Declara Agostinho: «Dois amores fundaram, portanto, duas cidades, a saber: o amor próprio, levado ao desprezo de Deus, a terrena; o amor a Deus, levado ao desprezo de si próprio, a celeste»²¹. Enquanto a primeira, concupiscente, ufana-se em si mesma, a segunda, nutrida na piedade, rende glórias e alegra-se em Deus. Numa, o bem individual é buscado a qualquer preço; noutra, o bem social é a meta dos seus participantes. Numa, os sábios deste mundo se consideram virtuosos; noutra, a virtude somente será alcançada em Deus. Entretanto, paradoxalmente, as duas cidades convivem no contraditório coração do homem.

A redação da *Cidade de Deus*, *magnum opus et arduum*, iniciada em 313, somente seria concluída em 426²², consumindo 13 anos de

²⁰ Agostinho, *Conf.* XIII, IX, 10.

²¹ *Idem*, *De civitate dei* XIV, XXVIII (CCL 48, ed. B. DOMBART/A. KALB, Brepols, Turhout 1955, p. 451). Edição usada neste artigo: Agostinho, *A Cidade de Deus*, vol. III. Tradução, Prefácio, Nota Biográfica e Transcrições de J. Dias Pereira. FCG, Lisboa 1995, p. 1319. Doravante: *Civ. dei*.

²² Sobre o projeto redacional da *Cidade de Deus*, lemos em Peter Brown (2005, p.377): «Agostinho vivera vinte anos como bispo provincial em Hipona. Agora sua reputação estava em jogo diante de uma plateia muito exigente e diversa. O resultado é que a *Cidade de Deus* é o livro mais formal dentre os que

intensa reflexão e labor²³ do bispo de Hipona. A paz, tema central dessa imensa obra, por não consistir na simples ausência da guerra, empenhou o filósofo norte-africano na ampliação de seu significado, na busca de adequada definição. A percepção da história humana dividida entre dois projetos, o primeiro, o da cidade terrestre, fundada sobre a força e a violência, e o outro, o da cidade celeste, baseado na paz e tendo em Cristo, o príncipe da paz, seu condutor e artífice, encontra, indubitavelmente, no tema da paz seu fio condutor.

Dedicaremos especial atenção ao Livro XIX da *Cidade de Deus*, no qual o filósofo norte-africano analisa atentamente o conceito de justiça

ele escreveu. Foi planejado de antemão, em escala maciça: cinco livros versariam sobre os que adoravam os deuses em busca da felicidade na terra; cinco, sobre os que adoravam em busca da felicidade eterna; os outros doze desenvolveriam o grande tema de Agostinho: quatro discorreriam sobre a origem das Duas Cidades, uma de Deus e outra do mundo; quatro sobre o desdobramento do curso dessas cidades no passado, e quatro sobre seu destino final».

²³ Em 410, a cidade de Roma, esplêndida capital do mundo antigo, havia sucumbido aos bárbaros liderados por Alarico. Entretanto, afirmar que a redação da *Cidade de Deus* encontra sua origem na tentativa de Agostinho explicar o saque de Roma é algo temerário. Segundo Peter Brown (2005, p. 385), «A *Cidade de Deus* não pode ser explicada em termos de sua origem imediata. É particularmente superficial considerá-la um livro sobre o saque de Roma. Agostinho poderia simplesmente escrever um livro sobre a Cidade de Deus sem tal acontecimento. O que o saque fez foi dar-lhe um público questionador e específico em Cartago, donde o saque de Roma assegurou que um livro que poderia ter sido uma obra pura de exegese para outros estudiosos cristãos (...) viesse a tornar-se um confronto deliberado contra o paganismo». Após a conquista de Roma por Alarico acorriam à África do norte, sobretudo a Cartago, romanos da aristocracia, muitos deles cristãos recentemente convertidos e nem sempre convictos de sua opção pelo Evangelho. Ao mesmo tempo, o culto a um passado pagão idealizado era bastante difundido. Ao escrever a *Cidade de Deus*, o doutor da África Latina vale-se de sua erudição clássica, do seu profundo conhecimento da tradição latina, o que permitiu debater e desconstruir os argumentos dos saudosistas desse passado pagão idealizado. Passado que nunca houvera, de fato, existido. Através de atento exercício exegético, Santo Agostinho desconstrói interpretações equivocadas dos textos clássicos, em defesa da fé cristã e, ao mesmo tempo, na tentativa de propor interpretação o mais próxima possível da verdade dos acontecimentos. Se a *Cidade de Deus* pode ser considerada interpretação da história à luz da fé, não obstante, é, também, atento tratado de exegese – que não descuida ou despreza os desafios propostos à razão pelas ambiguidades da história.

e, em consequência, trabalha, também, cuidadosa e amplamente, o tema da paz.

3.1 A paz é a suprema aspiração dos seres

No que consiste o soberano bem? No gozo de todos os prazeres possíveis na presente vida ou na felicidade encontrada quando da vida eterna? Por que devemos cultuar os deuses? Para obter mérito e alegria na vida presente ou alcançar felicidade na vida que virá? O soberano bem é resultado da prática das virtudes, alcançado pela realização da temperança, da fortaleza, da prudência e da justiça em nossas vidas? Eis algumas questões que Agostinho discute – com Varrão e outros representantes da cultura clássica – nos primeiros capítulos do Livro XIX. Ali, enuncia as dificuldades da vida em sociedade, denuncia os falsos motivos pelos quais as guerras são justificadas, avalia a contribuição e limites dos pensadores antigos.

Para Agostinho, complementando o pensamento de Varrão, as virtudes naturais são importantes à consecução da paz; entretanto, precisamos vivê-las em Deus e na esperança, pois a graça é capaz, inclusive, de transformar os males em bens²⁴.

Segundo o bispo de Hipona, a paz é bem tão nobre que «mesmo entre as coisas terrenas e mortais nada existe mais grato ao ouvido, nem mais desejável ao desejo, nem superior em excelência»²⁵. A paz é a suprema aspiração dos seres. Mesmo na guerra, a paz é o objetivo perseguido por aqueles que, afanando-se em demonstrar seu valor guerreiro, comandam e combatem, buscando a submissão dos seus adversários²⁶. Entretanto, o filho de Mônica nos alerta:

²⁴ Agostinho, *Civ. dei*, XIX, X: «Quando, portanto, nós, homens mortais, encontramos nas coisas perecíveis aquela paz, tal qual ela cá pode existir, a virtude, se vivermos com retidão, utiliza-se convenientemente dos seus benefícios; mas, quando a não encontramos, ainda assim a virtude sabe utilizar-se bem mesmo dos males que o homem tem de padecer. Mas então é que a virtude será verdadeira, quando, com todos os bens de que ela faz bom uso e com tudo o que ela faz no bom uso dos bens e males, ela própria se referir àquele fim onde teremos uma paz tal e tão grande que melhor e maior não poderá haver».

²⁵ *Idem*, *Civ. dei* XIX, XI.

²⁶ Agostinho, *Civ. dei*, XIX, XII, 1.

(...) todo o homem procura a paz, mesmo fazendo a guerra, mas ninguém procura a guerra ao fazer a paz. Mesmo aqueles que pretendem perturbar a paz em que estão não odeiam a paz, mas antes desejam mudá-la a seu gosto²⁷.

A paz que acontece na vida terrena, de fato, é sempre provisória, continuamente violada pela precariedade de nossa situação existencial, considerados os desvios da vontade, as contradições do coração humano. Nem casa, nem família, nem cidade encontram a autêntica paz. A paz é continuamente agredida e desafiada, seja pela árdua e dinâmica tarefa da reconciliação experimentada por cada ser humano, seja pelo abuso dos governantes. Para além da convivência harmoniosa, o que verificamos na sociedade dos homens é a desordem, metaforicamente descrita através do episódio bíblico da torre de Babel²⁸. Por isso, a paz da cidade terrena é mais anseio do que acontecimento, e mesmo para os congregados pela fé, a paz se apresenta como primícias da vida futura, antecipada na esperança, pois é impossível sua existência em plenitude em meio à provisoriedade das coisas mortais.

Não obstante, é clara a existência de um plano divino refletido na natureza, estabelecendo que a paz seja o objetivo de todas as coisas, pois, embora submetidas ao devir, «nada se subtrai às leis do supremo Criador e Ordenador, que governa a paz do universo»²⁹. Essa tendência à paz é presente tanto nos seres conscientes, como nos seres mais ínfimos. Existe, portanto, na natureza, primeira e principalmente no homem, uma inclinação à paz. Dessa maneira, o conceito de paz transpõe a simples compreensão da ausência de guerra, precisando ser compreendido como a ausência de perturbação em todos os níveis do ser e de suas relações. A paz, assim, é o caminho da criação e da história. Se percorrermos, enfim, os diversos níveis da criação, compreenderemos que a paz é aspiração de todos os seres, dos inferiores aos superiores, enquanto pretendem existir e realizar suas naturezas³⁰. Transitando em escala ascendente pelas diversas

²⁷ *Idem, Civ. dei*, XIX, XII, 1.

²⁸ *Idem, Civ. dei* XIX, VII.

²⁹ *Idem, Civ. dei* XIX, XII, 3.

³⁰ Agostinho, *Civ. dei*, XIX, XII.

manifestações da paz poderemos, então, entendê-la com amplitude e, através dessa estratégia, poderemos defini-la.

3.2 *Pax omnium rerum, tranquillitas ordinis*

Passemos a examinar, considerando as reflexões precedentes, a compreensão agostiniana de paz:

A paz do corpo é a composição ordenada das suas partes; a paz da alma irracional é a tranquilidade ordenada dos seus apetites; a paz da alma racional é o consenso ordenado da cognição e da acção; a paz do corpo e da alma é a vida e a saúde ordenadas do ser animado. A paz do homem mortal com Deus é a obediência ordenada na fé sob a lei eterna; a paz dos homens é a concórdia ordenada; a paz da casa é a ordenada concórdia dos seus habitantes no mando e na obediência; a paz da cidade é a concórdia ordenada dos cidadãos no mando e na obediência. A paz da cidade celeste é comunidade absolutamente ordenada e absolutamente harmoniosa no gozo de Deus e no gozo mútuo em Deus. A paz de todas as coisas, a tranquilidade da ordem³¹.

Atentamente, examinemos o que seja a paz em cada um dos casos nomeados pelo hiponense:

a) A paz do corpo pode ser observada em qualquer ente, mesmo nas coisas inanimadas. A harmonia entre suas partes é um bem, porque o existir é um bem. O ser é um bem, o não-ser é a carência de bem. Logo, o fato de existir é um bem, a ordenação à existência é o bem do ser e, portanto, a paz do ser. Se é possível que exista uma natureza privada de mal, entretanto, é impossível que exista uma sem algum bem, pois o simples existir já é um bem. Estamos diante do fundamento metafísico da paz.

b) A paz da alma irracional consiste no repouso de seus movimentos sensitivos.

d) A paz da alma racional resulta da harmonia entre intelecto e vontade, revelando-se no agir.

e) A paz do corpo e da alma é manifesta pela vida ordenada da alma e pela saúde do corpo.

³¹ *Idem, Civ. dei, XIX, XIII.*

f) A paz entre o homem e Deus acontece através da vida na fé e sob a lei divina.

g) A paz dos homens entre si é a vida ordenada nesse mundo.

h) A paz no lar é consequência da harmonia entre o mandar e o obedecer.

i) A paz da cidade é a ordenada concórdia entre governantes e governados. A ordenada concórdia é o elo profundo que deve unir governantes e governados, permitindo que as relações entre autoridade e súditos se estabeleçam. A cidade constituída pelos homens também procura a paz e uma autêntica paz terrena não deve ser desconsiderada. Entretanto, essa paz não pode ser definida como a simples ausência de tumultos, ou pelo silêncio originado do medo imposto pelo tirano. A paz da concórdia nasce das convicções profundas que unem governantes e súditos, os congregando e encaminhando à realização do bem da cidade terrena. A paz da concórdia, enquanto autêntica paz, baseada na boa vontade existente entre os homens, deve ser incansavelmente perseguida.

j) A paz na cidade de Deus acontecerá quando da união do homem com Deus para gozar de Deus e, ao mesmo tempo, em Deus. A paz da cidade dos homens é pálida sombra comparada à paz da cidade celeste. Na cidade de Deus, a paz provisória, construída com tantos esforços na cidade terrena, tornar-se-á plenitude. Então, os congregados por Deus fruirão dela e Nele eternamente.

A ordenadíssima e concordíssima união dos homens entre si amando eternamente a Deus, será realidade na Jerusalém celeste. Contudo, na presente peregrinação, será antegozada provisoriamente e em esperança, tal qual epifania de felicidade sem ocaso³².

Após dedicarmos atenção às diversas definições contidas na compreensão agostiniana de paz³³, cumpre examinar o enunciado

³² De acordo com Santo Agostinho (cfr. *Civ. dei* XIX, XX) podemos afirmar que cumpre à esperança completar as virtudes cardeais. A esperança – acrescentada à fortaleza pela qual suportamos as adversidades, à temperança com a qual controlamos as paixões, à prudência, regra do correto discernimento, à justiça, fundamento da convivência em sociedade –, permite gozar antecipadamente do sumo bem prometido: a vida eterna em Deus.

³³ A descrição da paz proposta por Agostinho, ora examinada, comporta nove significados que encontram pleno sentido através da décima definição: a paz é a tranquilidade da ordem.

basilar proposto pelo doutor da graça, sentença que abriga e sustenta todas as demais: a paz de todas as coisas é a tranquilidade da ordem.

É provável que essa seja uma das mais completas e abrangentes definições do que seja a paz, expressando cristalinamente o pensamento do hiponense. Estamos diante de dois conceitos auto-referidos de maneira sutil e interessante. A referência da ordem à paz, nessa perspectiva, é iterativa, pois, se não há paz sem ordem, contudo, a ordem da paz não se confunde com qualquer ordem. A ordem da paz não resulta de ordem imposta pela força, pois nela, na ordem da paz, transparece a tranquilidade, pelo fato de as partes estarem ordenadas tal como o plano divino deseja.

A decomposição do texto nos revelou um crescendo, uma hierarquia, que das formas inferiores nos conduz às formas superiores de paz, ou seja, da paz do corpo à paz de todas as coisas³⁴. Retornando à sentença que encerra a cita estudada – a paz de todas as coisas é a tranquilidade da ordem –, é conveniente dedicarmos algum tempo à compreensão do conceito de ordem proposto pelo doutor da África Latina.

³⁴ Num escrito ainda inédito, intitulado *Educar para a paz*, L. A. DE BONI afirma: «em todas as formas de paz, percebe-se que ela significa um certo equilíbrio, a observância de uma determinada ordem entre suas partes. Há, pois, uma ordem que leva a este equilíbrio, que se deixa definir como paz». Em cada um dos casos examinados, esse equilíbrio poderia ser caracterizado da forma que segue. Para corroborar esta afirmação, De Boni recolhe um conjunto de significados para o termo paz, obtidos em W. GEERLINGS, «*De civitate dei XIX als Buch der Friedenslehre*», in C. HORN (org.), *Augustinus – De civitate dei*, Akademie Verlag, Berlin 1997, pp. 228-231: 1. Complexão – *temperatura*: paz das partes do corpo; 2. Calma – *requies*: paz da alma irracional; 3. Harmonia – *consensio*: paz da alma racional; 4. Vida e saúde – *vita et salus*: paz do homem; 5. Obediência – *obedientia*: paz entre o homem e Deus; 6. Concórdia – *concordia*: paz entre os homens; 7. Concórdia – *concordia*: paz no lar; 8. Concórdia – *concordia*: paz na cidade terrena; 9. União – *societas*: paz da cidade celeste; 10. Tranquilidade – *tranquillitas*: paz de todas as coisas. Os cinco primeiros casos examinam a paz individual, sendo o grau inferior de paz condição para a existência do grau superior. Nos três casos seguintes, é tratada a paz dos indivíduos entre si, na família e na cidade. Entretanto, a paz da cidade celeste vai além, já não é concórdia, mas união. Nos oito primeiros casos, o adjetivo empregado é ordenado. No penúltimo, encontramos o superlativo ordenadíssimo. No último grau, o adjetivo se transforma em substantivo, sendo usada – simplesmente – a palavra ordem.

3.3 A beleza da ordem cósmica como caminho à paz

As relações entre paz e ordem serão compreendidas com maior adequação pela consideração do caráter estético-cosmológico do conceito de ordem, reiteradamente proposto por Santo Agostinho. Nessa perspectiva, o *Diálogo sobre a Ordem* é singular exemplo do otimismo metafísico agostiniano relativo à criação. No universo criado, tudo está disposto com unidade e ordem, portando beleza e bondade, presentes em todas as regiões e níveis da criação. Mesmo os pequenos insetos estão formados por membros equilibradamente dispostos e relacionados, capazes de revelar proporção e harmonia³⁵. Em todas as regiões do universo, percebemos ordem, que encontra sua causa última na razão providente que a tudo governa. A criação, rítmica e bela, é testemunho do governo providente da ordem, pois em toda parte há regularidade, reina a medida³⁶. O governo providente da ordem, na criação, portanto, se oferece como paradigma ao ser humano que, guardando-a em sua existência, por ela é conduzido a Deus³⁷, experienciando, assim, a felicidade.

A busca de medida em nossas vidas, segundo o padrão da ordem na criação, atendendo ao movimento de busca da felicidade, implica contínuo aprendizado. No cosmo criado, tudo está bem disposto, até aquilo que nos parece disforme. Se olharmos alguns membros dos animais isoladamente, sem a conexão com o organismo inteiro, nos parecerão repulsivos. No entanto, por serem necessários, a ordem da natureza não os suprimiu, colocando-os discretamente nos corpos e destacando os membros mais nobres³⁸. Pela distinção, então, a natureza atinge o equilíbrio, considerando a unidade do organismo animal, composto de membros aparentemente repugnantes, e de membros belos,

³⁵ Cfr. Agostinho, *De ordine* I, I, 2 (CCL 29, ed. W.M. GREEN, 1970, pp. 89-90). Edição usada neste artigo: Agostinho, *Diálogo Sobre a Ordem*. Tradução, Introdução e Notas de Paula Oliveira e Silva. INCM, Lisboa 2000, pp. 87-89. Doravante: *DO*.

³⁶ *Idem*, *DO* I, VIII, 26: «Onde não há uma sombra de estabilidade? Onde não há uma imitação daquela beleza tão verdadeira? Onde não há medida?».

³⁷ *Idem*, *DO* I, IX, 27: «Ordem é aquilo que, se a conservarmos na vida, nos conduzirá a Deus; e não chegaremos a Deus a não ser que a conservemos na vida».

³⁸ Cfr. Agostinho, *DO* II, IV, 12.

necessariamente relacionados. Dessa forma, a beleza de um organismo somente poderá ser intencionada quando da captação de sua unidade. Os poetas, da mesma maneira, utilizando barbarismos e solecismos³⁹ no exercício da liberdade literária, atingem o belo através da distinção⁴⁰. O ser humano, portanto, precisa continuamente aprender a ver e a entender o significado da criação, das obras de arte, de si mesmo, dos inteligíveis, da ordem divina que tudo dispõe, pela distinção, bela e convenientemente. Assim, pela via da beleza, poderá entender e realizar a paz na sua existência.

3.4 O peregrino e a construção da paz na cidade terrena

Com Santo Agostinho refletimos sobre condição peregrina do ser humano. Descobrimos que a paz somente será vivida em plenitude na vida futura. Se a autêntica justiça é resposta de Deus às súplicas humanas, também a paz é dom de Deus aos anseios dos mortais. Se ela se encontra para além de nossas forças, isso não implica em desistência ou fuga do mundo. Muito pelo contrário.

Na época de Agostinho, místicas – de caráter esotérico ou até mesmo filosófico – propunham a fuga do mundo como solução aos males do homem, desmerecendo a vida em sociedade. A tranquilidade da paz pensada por Agostinho, sublinhemos, distancia-se dessas tentativas de evasão, pois, enquanto peregrinando no mundo, onde muitas coisas boas e belas causam deleite, assumimos compromisso de testemunhar e realizar o bem. Peter Brown nos ajuda na compreensão da dialética relação entre as duas cidades, permitindo entender melhor o ser humano, ser inquieto e itinerante, pois

(...) o *peregrinus* é também um residente temporário. Tem de aceitar uma dependência íntima da vida que o cerca: tem de reconhecer que essa foi criada por homens como ele para chegar a

³⁹ Cfr. *Idem*, *DO* II, IV, 13.

⁴⁰ Do adequado uso dos recursos linguísticos resulta o belo na poesia. O poeta e o retórico utilizam paroxismos nas suas construções: simplicidade e elevação, burla e respeito às regras sintáticas e morfológicas, pronúncia deturpada e articulação cuidadosa das palavras. Desse modo, por meio de distinções, fazem aparecer o efeito belo almejado. De certa maneira, imitam a ordem presente na natureza utilizando o princípio da distinção, cujo resultado é equilíbrio e harmonia.

um bem que ele se compraz em repartir com os outros, para melhorar uma situação, para evitar um mal maior; e tem de se sentir sinceramente grato pelas condições favoráveis que esse bem proporciona. Na verdade, Agostinho passara a esperar que o cristão tivesse consciência da persistência dos laços que sempre o ligariam ao mundo. O pensamento de sua meia-idade fora marcado por uma apreciação crescente do valor desses laços. Assim, *A Cidade de Deus*, longe de ser um livro sobre a fuga do mundo, é um texto cujo tema recorrente é aquilo que nos diz respeito nesta vida mortal comum; é um livro sobre o ser extramundano no mundo⁴¹.

Na cidade peregrina saudamos a Jerusalém celeste, contudo, sem olvidar nossos compromissos com a criação, com as outras pessoas, com a construção da paz entre os homens. Na cidade peregrina, os filhos da Jerusalém celeste, no exercício da profecia, prefiguram o futuro escatológico, acrescentando cor à canção inacabada da criação, como notas que tornam belas uma melodia, soando a seu tempo, no ritmo indicado pela tranquilidade da paz. Assim, aquele que antevê na vida presente a cidade celeste, testemunha, através de gestos de paz e cuidado, a promessa da plenitude futura.

4 ALGUMAS PISTAS PARA UMA PEDAGOGIA DA PAZ

Após termos caminhado com Santo Agostinho, perseguindo as raízes antropológicas da paz, tendo examinado a noção de paz proposta no Livro XIX da *Cidade de Deus*, julgamos interessante destacar algumas descobertas. É o que, brevemente, procuraremos realizar.

A paz, segundo o hiponense, supõe a reconciliação: de cada um consigo mesmo, entre os membros da família, entre os homens na sociedade. A pacificação interior é condição à pacificação da família e da sociedade. É claro que as três dimensões da existência humana se reivindicam, mas a cura da interioridade profunda não deve ser descuidada.

Na exortação feita por Agostinho em *De vera religione – Noli foras ire; in teipsum redi; in interiore homine habitat veritas*⁴² –

⁴¹ P. BROWN, *Santo Agostinho*, cit, p. 401.

⁴² Agostinho, *De vera religione* XXXIX, 72 («Não queiras dispersar-te fora; entra dentro de ti mesmo, porque no homem interior reside a verdade»: nossa

encontraremos antídoto à fragmentação cognitiva e existencial de nossa época, pois a inquirição interior resulta em autoconhecimento, pacificação, centralidade à vida⁴³.

A paz é encontrada na harmonia, seja no ritmo do cosmo criado, seja em nossa vida pessoal, escolar, familiar ou social. Aurélio Agostinho foi dedicado professor, tendo proposto um programa pedagógico no *Diálogo sobre a Ordem*. No programa proposto, acredita que, educando a razão e a sensibilidade profunda (vontade e afetos), nos habilitaremos à vida feliz, esse outro nome da paz. Classifica as diversas disciplinas segundo seus objetivos e abrangência. Assim, no grupo das artes da linguagem, encontramos a gramática, dialética e retórica. A música, geometria, astronomia e aritmética pertencem ao campo das matemáticas. No entanto, a música e a poesia, ditas belas artes, na sua gratuidade, ligam as artes da linguagem (aplicadas) às artes

tradução). (CCL 32, ed. K.-D. DAUR, 1962, p. 234). A edição portuguesa desta obra encontra-se em preparação por Paula Oliveira e Silva e Manuel Ramos, Universidade do Porto.

⁴³ Nessa direção, importa frisar, *práxis*, em sentido autêntico, difere do ativismo. A primeira, a *práxis*, é resultado de vida interior que, tendo encontrado seu centro em Deus, jamais cansa de buscá-lo pelo estudo, pelo cultivo do si mesmo profundo, pela procura da reconciliação. Já o ativismo, enquanto dispersão, movimento desarticulado ao exterior, não permite o retorno a si mesmo. A privação da reflexão e a compulsão em agir por agir, características do ativismo, diferem da autêntica *práxis* (pois essa encontra seu alimento na meditação, no estudo), da busca da verdade em todas as coisas, na renovada procura de Deus. Contemporaneamente, é útil distinguir informação de conhecimento, pois, consumidos por signos virtuais, transitamos na superfície das coisas, olvidando a vida e existindo inautenticamente. Somente através da busca do conhecimento, esse movimento pelo qual criticamos as informações, articulando-as entre si, examinando-as, poderemos superar a superficialidade e a inautenticidade. Essa passagem da sociedade das informações à sociedade do conhecimento, do pensamento analítico ao pensamento integrativo, pela recuperação do si mesmo profundo, pensamos, é vital à construção da paz. A banalização da violência, através de sua virtualização, revela um segundo aspecto da dispersão exterior e descuido para com o si mesmo. As relações face a face e o contato com o mundo encontram crescente barreira nas mediações tecnológicas, pois já não nos relacionamos diretamente, mas virtualmente; já não habitamos o mundo, mas sua representação. De consequência, anestesiados – em nossa inteligência e sensibilidade –, trivializamos a violência. A superação da banalização da violência, fundamental à consecução da paz, será alcançada pelo cultivo da sensibilidade ética, pelo cuidado do mundo e, também, pela redescoberta da interioridade.

matemáticas (teóricas), preparando a alma ao exercício contemplativo. A geometria, astronomia e aritmética permitem que a razão descubra os números e figuras inteligíveis, habilitando-a ao exercício da Filosofia. A Filosofia, arte dialética por excelência, tendo encaminhado a razão à contemplação do Primeiro Princípio, capacita-a de visão abrangente e julgar criterioso. Interessante o lugar e papel da música, situada entre as artes da linguagem e as matemáticas, possibilitando que a razão transite dos belos sons aos números inteligíveis que esses denotam⁴⁴.

As artes liberais, como por degraus, educam a razão, olho da alma, à visão integrativa de todo o real, despertando no ser humano o sentido da beleza e verdade presentes em todas as regiões da criação, na alma e, plenamente, em Deus. Nessa direção, o estudo da Filosofia contribui ao embelezamento da vida e nos compromete à construção da paz⁴⁵.

Dizíamos que o amor é capaz de ordenar a vontade, impedindo suas flutuações imprimindo ritmo à vida humana. Estamos falando da *caritas*, abertura-esvaziamento de si mesmo à criação, aos outros e a Deus. Somente o amor que encontra suas raízes em Deus, segundo Agostinho, é capaz de promover a vida e a paz. Nessa perspectiva, o exercício da autoridade descobrirá seu autêntico significado quando realizado caritativamente. No exercício de seus governos, o pai de família⁴⁶, a autoridade pública⁴⁷ e o epíscopo⁴⁸ devem considerar o

⁴⁴ No pensamento pedagógico do *De ordine*, Agostinho propõe um conjunto de disciplinas que, se cultivadas, seriam capazes de infundir unidade à vida humana. Sublinhemos que essas disciplinas estão dispostas e preocupadas com a vida integral do homem: sentidos, inteligência e afetividade. Encontramos, na proposta pedagógica do professor de retórica norte-africano, preocupação e cuidado orientados à dimensão intelectual e à dimensão afetiva da existência. Destaquemos, nessa direção, o papel reservado às belas-artes, notadamente à música, pois essa é a chave com a qual abrimos a porta que une o sensível ao inteligível: a beleza. Beleza doadora de sentido às nossas vidas, antecipando, na esperança, a plenitude a ser desfrutada no final dos tempos.

⁴⁵ A harmonia interior, considerada como ordenação da alma segundo o que deve ser amado, é paz que solicita testemunho.

⁴⁶ Agostinho, *Civ. dei* XIX, XIV: «Mas, na casa do justo que vive da fé e que ainda peregrina afastado dessa cidade celeste, os que mandam estão ao serviço daqueles sobre os quais parece que mandam. É que não mandam pela paixão de dominar, mas pelo dever de deles cuidarem, nem pelo orgulho, de se sobrepor, mas pela bondade de cuidarem de todos».

⁴⁷ Ao debater com Varrão sobre o estilo de vida adequado à realização da virtude e consecução da *beata vita*, discriminará três estados de vida: o ativo, o

alerta de Agostinho, pois sua tarefa é ministério, ou seja, serviço amorosamente prestado. Do exercício caritativo da autoridade nasce a confiança, capaz de reunir pessoas diferentes num projeto comum, na busca do bem e na realização da paz⁴⁹.

À tarefa de realização do bem na cidade terrestre, destaquemos, estão convocados todos os homens de boa vontade, sobretudo, os reunidos pela fé na cidade peregrina, aos quais, segundo as Escrituras, cumpre amar a Deus e ao próximo como a si mesmo⁵⁰. Por isso, na vida da casa ou na vida da cidade, as tarefas a serem executadas constituem renovado exercício de amor ao próximo, em obediência ao mandamento divino. A paz procurada na cidade terrestre, portanto, enquanto dever do cristão – começa nos corações, efetiva-se na vida familiar e ganha amplitude na vida em sociedade.

Lembramos, com o doutor da graça, que a paz supõe a promoção da integridade da criação. É presente, no pensamento agostiniano, concepção ecológica de grande valor. De fato, o cosmo criado é epifania do divino e, dotado de ritmo se oferece como modelo à vida humana. Somos parte desse cosmo criado. Promover a paz é, por

contemplativo e o misto. Ora, todos os três estados, se vividos em Deus, são benéficos e promovem a paz. Especificamente, sobre os convocados ao exercício das funções civis, escreve Agostinho, em *Civ. dei* XIX, XIX: «(...) não convém que se deseje uma alta função, sem a qual o povo não pode ser governado, mesmo que ela seja mantida e exercida como convém. O amor à verdade, portanto, é que busca o santo lazer e a urgência da caridade aceita a devida ocupação. Se ninguém nos impuser este fardo, convém que nos apliquemos à contemplação da verdade. Se no-lo impuserem, convém que o aceitemos como o exige o dever de caridade. Mas mesmo então não convém renunciar inteiramente às alegrias da verdade, não aconteça que, privados desta suavidade, aquele dever nos oprima».

⁴⁸ Sobre a tarefa dos episcopos, ao interpretar o apóstolo Paulo, declara Agostinho em *Civ. dei* XIX, XIX: «É por isso que o Apóstolo diz: *Quem deseja o Episcopado deseja uma boa obra* (I *Tim.*, III, 1). Quis assim explicar o que é o episcopado: que este nome designa um cargo e não uma honraria».

⁴⁹ Essa comum unidade será capaz de, promovendo os distintos dons de diferentes pessoas da família humana, congregar os homens de boa vontade na tarefa da construção da paz.

⁵⁰ Agostinho, *Civ. dei* XIX, XIV: «Deus, nosso Mestre, ensinou-nos dois mandamentos principais: o amor a Deus e o amor ao próximo. Neles encontrou o homem três objetos para amar – Deus, ele mesmo e o próximo (...). Assim, tanto quanto está na sua mão, ele estará com todo o homem na paz, que é a concórdia bem ordenada dos homens».

consequente, respeitar, promover e acolher a ordem criatural da qual somos parte⁵¹.

Da cidade terrestre, com suas injustiças e contradições, dirigimos o olhar de nosso coração ao futuro, à Jerusalém celeste. Mas, vivemos no mundo e nos comprometemos com a paz possível de ser, aqui e agora, realizada. A busca de Deus, por consequente, não se confunde com fuga do mundo. A busca de Deus nos leva ao engajamento, ao testemunho e, até mesmo, ao anúncio profético. Entrementes, lembremos com Agostinho: é preciso nutrir nossa práxis através de autêntica procura da sabedoria, realizando-a revestidos de humildade. Recordemos, também, que as mediações institucionais e visíveis, capazes de congregar os fiéis na cidade peregrina (comunidade eclesial), não devem ser confundidas com a cidade celeste, meta ainda não alcançada⁵².

Construir a paz, enfim, é promover a vida em todas as suas dimensões e manifestações. A tranquilidade da paz é tranquilidade descoberta na inquietude, realizada no engajamento, operada pela transformação cotidiana de cada um de nós, peregrinos e itinerantes, transeuntes no mundo, mas por ele responsáveis.

CONCLUSÕES

Aurélio Agostinho viveu intensamente 75 anos. No testemunho de seus textos encontramos pessoa apaixonada pela Filosofia, pelo exercício especulativo, pela Sagrada Escritura, mas, sobretudo, alguém que amou profunda e intensamente. Amou as pessoas que o dom da vida lhe permitiu conhecer: seus familiares, alunos, amigos e, na maturidade de sua vida, a população de Hipona. Por isso, foi capaz de escrever tanto e sobre tantas coisas. Seja filosofando, disputando ou exortando,

⁵¹ Agostinho, *Civ. dei*, XIX, XIII: «(...) o que abusar desses bens não receberá aqueles [os bens do universo criado], e perderá estes [os bens da vida eterna e da imortalidade]». É urgente dispor adequadamente dos bens doados pelo cosmo criado, pois contribuem à paz na terra, sendo sinal dos bens futuros. Quem deles usar bem, os conservará na vida presente e receberá, igualmente, os bens futuros.

⁵² Nessa direção, pensamos, a Igreja é convocada a colaborar com o poder civil, observadas as exigências da caridade. Contudo, a Igreja visível, tal qual cidade peregrina, não deve confundir-se com o Estado, sabendo-se sinal da cidade celeste, da qual é provisória mediação.

sempre buscou a verdade no texto e na vida, humilde, mas perseverantemente.

Nos escritos do filósofo norte-africano, a paz é tema recorrente e importante. Sobretudo, porque o doutor da África Latina, como nós, viveu num período de desafiadoras e perigosas transformações. Período deveras violento, que varreria toda cultura latina e cristã do norte da África. Mas é interessante destacar que, passados quase 1600 anos de sua morte, ainda nos lembramos daquela África. Recordamos porque um bispo de uma pequena cidade, praticamente esquecida às margens do mediterrâneo africano, propôs ideias importantes, plenas de significado, capazes de nos auxiliar no enfrentamento dos desafios de nossos tempos.

Sem dúvida, alimentado pela novidade do Evangelho, Agostinho alcançou novo significado à paz. O Livro XIX da *Cidade de Deus*, privilegiadamente, atesta essa conquista. Mas, quando o lemos por primeira vez, confundidos, perguntamos: do que trata esse texto, da paz ou da justiça? Em vez de falar sobre a paz, o hiponense discorre sobre a justiça. Há, no entanto, importante estratégia nessa abordagem. À definição ciceroniana de povo, coletividade humana governada pela justiça⁵³, Agostinho contrapõe o conceito de *vera iustitia*. Mas o livro vai além: não se vive na cidade para praticar a justiça, mas nela praticase a justiça para chegar à paz. A justiça é um pressuposto, um meio, já a paz é um fim. Sendo uma virtude, a justiça é indispensável à paz, pois sua ausência impede a convivência pacífica entre os homens⁵⁴. Entrementes, na realização da justiça não se esgota o desejo de felicidade experimentado pelo homem. A justiça existe e é necessária para que exista a paz. No entanto, a paz é o fim de todos os fins. Porque a paz é o fim dos fins? Porque a paz encontra suas origens na ordem do amor que procede de Deus⁵⁵. A justiça, concebida e administrada geometricamente, atributiva ou distributiva, é formal. A paz, fundada no amor, eticamente estabelecida, é capaz de transformar e inaugurar novos tempos. A paz, compreendida como *vera iustitia*, dá o que pensar, convoca à tarefa do pensamento.

⁵³ Cfr. Agostinho, *Civ. dei* XIX, XXIV.

⁵⁴ Cfr. *Idem*, *Civ. dei* XIX, XXI e XXIV.

⁵⁵ Cfr. Agostinho, *Civ. dei* XIX, XXVII.

Se felizes são os promotores da paz (*Mt 5, 21*), é urgente facultar as razões de nossa profética esperança sobre a realização da paz, já, aqui e agora. Considerando tal tarefa, esperamos que o estudo sobre a inquieta dinâmica da paz – segundo a dialética participação do peregrino na cidade terrena e na cidade celeste –, no qual fomos guiados pelo doutor da África Latina, possa ter confirmado ou despertado renovado interesse sobre o tema da paz em textos agostinianos. Na expectativa, finalmente, de que a tentativa de explicitação de assunto tão importante tenha logrado êxito, fazendo jus a Santo Agostinho, aos professores, acadêmicos e interessados que acompanharam nossa reflexão, resta agradecer e desejar excelente exercício filosófico.